

EM DEFESA DO LEGADO FREIRIANO NA LUTA PELA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA E PLURAL NO BRASIL

Carlos Eduardo Moreira da Silva¹, Mareli Graupe², Geraldo Augusto Locks³

RESUMO

O objetivo deste artigo é evidenciar a relevância do pensamento de Paulo Freire no atual contexto político e educacional, em que o Estado democrático de direito é permanentemente ameaçado e o legado freiriano atacado. Seu pensamento oferece chaves de leitura para a construção coletiva de resistências dialógicas ao Projeto Autoritário-Neoliberal. Dialoga-se com autores que refletem a perspectiva teórica de uma educação democrática e plural. O texto é organizado em duas partes: na primeira, apresenta-se o cenário educacional brasileiro, composto por quatro elementos que serão discutidos a partir das categorias do pensamento freiriano, a saber: a) dialogicidade freiriana como prática libertadora; b) a luta pela gestão democrática na Educação Básica; c) desacreditar e desmontar a educação pública; d) discurso da Ideologia de gênero – projeto de desvalorização da/o docente. Na segunda, apontam-se as resistências dialógicas frente às ações dos governos que se alinham ao Projeto Autoritário-Neoliberal. Por fim, destacam-se alguns riscos e desafios: riscos a) apagamento da memória da escola democrática, b) restrições às ideias de Freire, c) negação do pensamento crítico; desafios: a) fortalecer coletivos de resistência com vistas ao enfrentamento do desmonte da escola pública, b) evidenciar o ser humano no centro do processo formativo.

Palavras-chave: Legado Freiriano, contexto educacional, educação democrática e plural.

IN DEFENSE OF FREIREAN LEGACY IN THE FIGHT FOR DEMOCRATIC AND PLURAL EDUCATION IN BRAZIL

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Pós-Doutor em Educação pela UFRGS. Diretor do Instituto Ágora e Coordenador do Programa Educação Municipal do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense (CISAMA). E-mail: carlooseduardomoreira@yahoo.com.br.

² Doutora em Educação e Cultura pela Universidade de Osnabrueck (Alemanha) e Pós-Doutora em Antropologia Social pela UFSC. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Saúde na Universidade do Planalto Catarinense. E-mail: prof.mareli@uniplaclages.edu.br.

³ Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina e Pós-Doutor em Educação pela UFSC. Docente Pesquisador do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade do Planalto Catarinense. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação e Desenvolvimento Territorial: políticas e práticas. E-mail: geraldolocks@gmail.com.

ABSTRACT

The purpose of this article is to highlight the relevance of Paulo Freire's thought in the current political and educational context, in which the democratic rule of law is permanently threatened, and the Freirean legacy is attacked. It dialogues with authors who reflect the theoretical perspective of a democratic and plural education. The text is organized in two parts: the first presents the Brazilian educational scenario, composed of four elements that will be discussed based on the categories of Freire's thought, namely: a) Freire's dialogicity as a liberating practice; b) the struggle for democratic management in Basic Education; c) discredit and dismantle public education; d) Gender Ideology discourse - teacher devaluation project. In the second, the dialogic resistances to the actions of governments that align with the Authoritarian-Neoliberal Project are pointed out. In the end, some risks and challenges are highlighted: risks a) erasure of the memory of the democratic school, b) restrictions on Freire's ideas, c) denial of critical thinking; challenges a) to strengthen resistance collectives with a view to confronting the dismantling of public schools, b) highlighting the human being at the center of the training process.

Keywords: Freirean Legacy, educational context, democratic and plural education.

1 INTRODUÇÃO

Além disso, aceleram os retrocessos no campo da participação democrática das Políticas de Educação Básica no País. Dessa forma, urge reagir à desconstrução do Estado democrático e à tentativa de “destruição” dos fundamentos do Projeto Democrático-Participativo para a América Latina. Processo este que tem sido efetivado na trama construída por aqueles que defendem, divulgam e utilizam o chamado Pensamento Único, intolerante ao debate e ao dissenso.

Para os apoiadores do atual Governo Federal (2019-2022), que tratam os adversários como inimigos, criou-se o mito de que o Estado brasileiro não é somente “um mal necessário”, mas o instrumento de um projeto que deve atuar pedagogicamente para afirmar a negação da convivência democrática entre pessoas que defendem ideias diferentes ou até antagônicas. Associado a esse perverso “mito”, a maior parte da mídia também tem apresentado o setor privado como o melhor exemplo a ser seguido para que a Administração Pública possa ser eficiente e capaz de garantir melhores condições de vida para a população em geral.

Ao mesmo tempo, surgiram nas redes sociais, nos últimos anos, o que o professor Boaventura de Sousa Santos chamou, na palestra “As epistemologias do Sul e a reinvenção da democracia”⁴, de “sociedade métrica”, ou seja; da comparação para a padronização de modelos globais definidos por entidades vinculadas diretamente ao capital como forma de implementação e avaliação de políticas públicas. Para o campo da política educacional brasileira, desde os anos 2000, com a entrada do Brasil no *Programme for International Student Assessment* (PISA), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e a ampliação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o “comparativismo avaliador” na Educação Básica tem sido a principal referência dos últimos governos para avaliar o chamado desempenho das escolas no País. A partir desse resultado, divulgado de três em três anos, afirma-se a qualidade social ou não do trabalho escolar (MOREIRA, 2018).

Entretanto, para os defensores do Projeto Democrático-Participativo, o Estado nacional tem um papel destacado na condução de Políticas Públicas construídas democraticamente e alicerçadas em valores humanizadores. Trata-se de um Estado que pressupõe a participação social em espaços públicos de concertação, onde diferenças e antagonismos não são empecilhos, mas fazem parte da construção de um consenso possível que se aproxima ao máximo do interesse público.

Como parte do Projeto Autoritário-Neoliberal, as manifestações contrárias ao pensamento do educador brasileiro Paulo Freire reforçam a compreensão de que o País experimenta o risco de retorno ao regime de exceção dos governos militares e a conformação do Estado brasileiro como um instrumento de violência e ampliação das desigualdades sociais e econômicas. Esse risco foi também evidenciado nos últimos escritos de Freire, na obra “Pedagogia da Indignação - cartas pedagógicas e outros escritos” (2000), com as ofensivas neoliberais para subordinar o Estado aos interesses do capital, com ameaças permanentes de ações militares contra a democracia alardeada pela imprensa corporativa no Brasil.

⁴ Palestra proferida em 18 de junho de 2019, no Salão de Atos da UFRGS, na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, justifica-se discutir as diferentes possibilidades teóricas e práticas de resistência ao Projeto Autoritário-Neoliberal, como forma de evidenciar a presença da “esperança crítica”, no dizer de Freire, resultante de um legado construído por meio de atividades de formação inicial e continuada, administrações populares, eventos educacionais, publicações, experiências educacionais e conquistas legais.

Destacam-se, desse legado, inúmeras experiências a partir dos anos 1990: orçamento descentralizado da Educação Pública Municipal de Porto Alegre, conselhos gestores e gestão democrática de Paulo Freire frente à Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, projeto da Escola São Vicente e da Escola Candanga no Distrito Federal (ORMANDO, 1999), além de outras experiências de gestão democrática em vários municípios brasileiros no início deste século (MOREIRA, 2018).

Cabe lembrar que a “esperança crítica” é essencial para mantermos o sonho de que não estamos sozinhos e compartilhamos ideais humanizadores que existem em diferentes lugares do Brasil e do Mundo. Um exemplo é o movimento que tem congregado diferentes formas de resistência, como a recente Campanha Latino-Americana e Caribenha em defesa do legado de Paulo Freire, que se inicia com a mobilização e construção de parcerias com movimentos sociais, coletivos e organizações da sociedade civil para o desenvolvimento de ações e projetos em defesa desse legado. Esse movimento tem o apoio de organizações do coletivo do Conselho de Educação Popular da América Latina e do Caribe (CEAAL), de organizações, associações e movimentos no Brasil (ANPED, MST, entre outros) e intelectuais, como Boaventura de Sousa Santos, Danilo Streck, Ladislau Dowbor, Moacir Gadotti, Oscar Jara e Pedro Pontual.

Neste artigo, a reflexão está ancorada em uma pesquisa de abordagem qualitativa, descritiva e indutiva, em que as/os pesquisadores/as estão mais preocupados/as com os processos e não simplesmente com os resultados. As pesquisas descritivas, segundo Gil, “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. (2008, p. 28).

Para Flick (2013), a pesquisa qualitativa usa o texto como material empírico (em vez de números), partindo da noção da construção social das realidades em estudo. Está interessada, portanto, nas perspectivas dos participantes, em seus conhecimentos e práticas do cotidiano referentes à questão em estudo. Os métodos devem ser adequados a essa questão e serem abertos o suficiente para permitir um entendimento de um processo ou relação. Conforme esclarece Gil (2008, p. 50), a pesquisa bibliográfica é “desenvolvida a partir de material já produzido, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Quando se tem à disposição uma bibliografia adequada, a/o pesquisador/a terá mais facilidade de acesso às informações.

O artigo está organizado em duas partes distintas e complementares: na primeira, apresentamos o cenário educacional brasileiro, composto por quatro elementos que serão discutidos a partir das categorias do pensamento de Paulo Freire. Na segunda, evidenciamos como o pensamento de Paulo Freire pode contribuir para resistências dialógicas frente às pressões e determinações dos governos que se alinham ao Projeto Autoritário-Neoliberal.

O objetivo é evidenciar a relevância do pensamento de Paulo Freire na Educação, no atual cenário brasileiro, o qual oferece chaves de leitura imprescindíveis para a construção coletiva de resistências dialógicas ao Projeto Autoritário-Neoliberal, caracterizado pela militarização da sociedade e o domínio das relações sociais pelo mercado. Resistências que podem ser reafirmadas nas conquistas legais dos últimos vinte anos e nas experiências de gestão democrática de inúmeros governos dos entes federados pelo País.

2 ELEMENTOS DO CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO

A nosso entender, a política de Educação Básica do atual Governo Federal aponta para três elementos básicos, que possuem inúmeros desdobramentos para o cenário educacional brasileiro. Primeiro, a afirmação de representantes do atual Governo Federal de que Paulo Freire é um “inimigo ideológico prioritário” e

responsável pelos resultados negativos da Educação Básica no Brasil; segundo, as ações do atual Governo Federal referentes às Políticas de Educação Básica no País constituem-se na materialização do Projeto Autoritário-Neoliberal para a América Latina e, terceiro, a identificação de medidas governamentais que indicam “sinais de desmonte” dos princípios e fundamentos da educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada como apareceu indicada no II Plano Nacional de Educação (PNE), (BRASIL, 2018).

a) Dialogicidade freiriana como prática libertadora

Em relação ao primeiro elemento, nesse tempo de resistências, a acusação de ser Paulo Freire um “doutrinador”, “uma ameaça comunista à soberania nacional”, “um perigo para educação de jovens”, “um energúmeno”, entre outras expressões espalhadas nas redes sociais e presentes nas falas do atual Presidente da República e do Ministro da Educação, é reveladora do desconhecimento e da simplificação da obra de um pensador que buscou estabelecer diálogos em diferentes contextos, com os grupos mais variados, e de lutas pela emancipação humana.

A referida acusação é insustentável não só pela proposição dialógica nas relações pedagógicas propostas por Freire, mas pelo fato de suas ideias não terem sido efetivamente assumidas na Educação Básica deste País, como também lembrou o seu filho, Lutgard Freire, do Centro de Referências do Instituto Paulo Freire, em São Paulo⁵. Por outro lado, a condição de “inimigo” pode ser considerada extremamente coerente e até honrosa para a memória desse educador brasileiro, pois o coloca como aquele que pensou contrariamente aos objetivos deste Governo Federal e não do Estado brasileiro, uma vez que foi considerado Patrono da Educação Brasileira pela Lei Federal nº. 12.612/2012 (BRASIL, 2012).

As contradições sobre o significado de Paulo Freire para a educação brasileira residem, portanto, no próprio Governo Federal e no Congresso Nacional. Isso porque, um dia depois de o Presidente da República desqualificar o pedagogo, senadores

⁵ Diálogo estabelecido em visita de estudo realizada ao Instituto Paulo Freire, em outubro de 2015, em São Paulo.

aprovaram, em dezembro de 2019, um requerimento para realizar sessão especial em homenagem ao educador, em maio de 2020, quando se celebraram 23 anos de sua morte.⁶

Desse primeiro elemento, destaca-se, também, que o pensamento de Paulo Freire é inspirador de uma crítica significativa à maneira de se comunicar e de se relacionar com a sociedade em geral deste Governo Federal, principalmente com aqueles que são diferentes e até antagônicos. No livro “Pedagogia do Oprimido” (FREIRE, 2019), a chamada teoria antidialógica se identifica claramente com a postura desses representantes, ou seja; da negação do diálogo com a utilização de estratégias voltadas para contribuir na manutenção do *status quo*, identificada com a conquista e indicada no uso de diversas formas de violência.

Nesse contexto, destacam-se a manipulação, com a imposição de ideias sem haver tempo de reflexão sobre o que exatamente está sendo apresentado como “verdadeiro” e correto; a divisão entre pessoas, como um ardil que tem o incentivo para afirmar desavenças e diferenças em temas específicos e a invasão cultural, que, desde o Golpe de 1964, tem sido uma opção declarada da maioria dos meios de comunicação do País em ensinar à população se identifica-se com a história e os valores de outros países, especialmente dos EUA. Diferentemente, a proposta da dialogicidade freiriana articula as dimensões antropológica, epistemológica, política e ética, voltando-se para a busca de um sentido libertador para a vida humana em sociedade, em diferentes espaços públicos, e na busca por uma gestão democrática.

b) A luta pela gestão democrática na Educação Básica

As ações do atual Governo Federal referentes às Políticas de Educação Básica no País constituem-se na materialização do Projeto Autoritário-Neoliberal para a América Latina, como há décadas vem sendo implantado no Chile (DAGNINO, 2004). Como evidência para o caso brasileiro na Educação. Temos o recente Decreto nº.

⁶ Informe disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/17/apos-bolsonaro-chamar-paulo-freire-de-energumeno-senado-aprova-homenagem-a-educador.ghtml>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

9.759/2019, de 11 de abril de 2019 (BRASIL, 2019a), do Governo Federal, que pôs fim a vários conselhos, comitês, grupos, fóruns e quaisquer denominações dadas a colegiados que não tenham sido criados por Lei no nível da Administração Federal.

Além do referido Decreto, no campo educacional, há a criação de um novo modelo de escola de Educação Básica por meio do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, segundo o Decreto nº. 10.004, de 5 de setembro de 2019 (BRASIL, 2019b), que tem como principais características: a) implementado por meio da adesão de Estados, Municípios e Distrito Federal; b) modelo de práticas pedagógicas e padrões de ensino dos colégios militares do Exército, das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares; c) atuação direta de militares com a contratação pelas Forças Armadas de militares inativos como prestadores de tarefa por tempo certo para atuarem nas áreas de gestão educacional, didático-pedagógica e administrativa e, d) participaram da organização e da gestão desse Programa, além do MEC, o Ministério da Defesa e as Forças Armadas.

Convém aprofundar o significado e as consequências do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Como é visto, trata-se de uma iniciativa colocada pelo Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Defesa. Apresenta um conceito de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administração. Tem um corpo docente da escola e o apoio dos militares. Objetiva como proposta implantar 216 Escolas Cívico-militares em todo o País até 2023, sendo 54 por ano. Note-se que, enquanto o Governo contingencia recursos, desestabilizando Universidades, Institutos Federais e Centros de Pesquisa, ele também apressa e investe maciçamente em Escolas Cívico-Militares.

Segundo o professor Miguel Arroyo (BASILIO, 2019),⁷ tal proposição, anunciada com mais veemência pelo atual Governo Federal, se apoia em um discurso de medo e ameaça com clara intencionalidade de questionar o trabalho das escolas públicas brasileiras. Formula um discurso apoiado em duas narrativas principais: a de

⁷ Nossa reflexão tem como referência a entrevista concedida pelo professor Miguel Arroyo à Revista Carta Capital. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/miguel-arroyo-escolas-militarizadas-criminalizam-infancias-populares/>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

que, sob a gestão dos militares, as escolas resolverão a questão da violência, por isso o Programa prevê a instalação de escolas em regiões socialmente mais vulneráveis, como o são as periferias urbanas; afirma que os melhores resultados em educação procedem da aplicação de mais normas e disciplina no ambiente escolar.

Por essas narrativas, instituições e intelectuais do campo educacional brasileiro estão vendo com muita preocupação tal Programa, a exemplo de Miguel Arroyo, que se contrapõe ao afirmar que há questões anteriores a serem respondidas antes de substituir educadores e gestores educacionais por militares, levando a lógica da militarização para as escolas. Uma dessas questões é “Por que há violência nas escolas?”, a outra questão é “Qual ideal de educação que temos?” (BASILIO, 2019)

O modelo de Escola Cívico-Militar traz, em sua proposição, a política vigente de “criminalização dos mais pobres”. Não serão todas as escolas públicas que serão militarizadas, ou seja: passaram por esse processo aquelas que recebem infâncias e juventudes das periferias urbanas e do meio rural. Enfim, o professor Arroyo deixa evidente que a legitimação das escolas militarizadas é o discurso de que as infâncias são criminosas, sobretudo as infâncias populares. Ora, a violência permeia todo o tecido social, ela advém de estruturas injustas, da retirada do Estado das Políticas sociais, da situação crítica do desemprego, enfim, do modo de produção capitalista, que tem por fundamento a economia de livre mercado (BASILIO, 2019).

Nas palavras do professor Arroyo, as infâncias, ao contrário, são violentadas pela sociedade, pela pobreza, pelas favelas, pelas desigualdades sociais, de raça, gênero, e isso chega às escolas. A violência na escola é uma resposta às violações sofridas pela infância e juventude, portanto, a justificativa do Programa Escolas Cívico-Militares é impregnada de uma ideologia de criminalização da pobreza e daqueles que a combatem por meio de organizações e movimentos sociais, incluindo a própria escola (BASILIO, 2019).

Enquanto medidas que se identificam com ações desse Projeto, as contrarreformas neoliberais procuram transformar os serviços públicos em negócios, mercadorias e produtos à venda, com privatizações e as reformas trabalhista e da

previdência, medidas de uma ofensiva do capital ao trabalho, que resulta na retirada de direitos trabalhistas e sociais. Além dos dois decretos mencionados, tem-se a retirada recente do Projeto de Lei do FUNDEB, em debate no Congresso Nacional, que poderá criar uma situação de maior precarização do trabalho escolar e favorecer a crítica descontextualizada dos setores que apoiam o empresariamento da Educação Básica.

A opção desse modelo de escola e a extinção dos colegiados democráticos revelam a intencionalidade de impor um modelo que, em nossa avaliação, é inadequado para a maioria das/s educandas/os das escolas públicas e desenvolve relações autoritárias no ambiente escolar, pois são vitrines que não contribuem para aprimorar os resultados da escola pública brasileira nem para fortalecer a participação social na gestão das escolas.

c) Desacreditar e desmontar a educação pública

Cabe ressaltar que Paulo Freire e outros/as educadores/as e intelectuais críticos/as da educação tradicional e bancária lutaram e lutam pela democratização das relações sociais na Educação Básica, o que tem produzido Fóruns, Comissões, Projetos Político-Pedagógicos (PPP), Conferências de Educação, Conselhos Escolares, entre outros, nos diversos sistemas de ensino pelo País, tendo início nas experiências de gestão pública em São Paulo (FREIRE, 1991).

Essas conquistas começam a ser desvalorizadas e duramente criticadas pelo estabelecimento de formas coercitivas de controle sobre o trabalho docente pelo atual Governo, redefinindo liberdade de cátedra e de ensino e impondo as teses do Pensamento Único, como a aprovação e publicação, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), do documento “Matriz nacional comum de competências do diretor escolar”⁸, em 2021, e do projeto “Escola Sem Partido”, este sim a serviço da doutrinação e da colonização do pensamento.

⁸ O documento está disponível no endereço eletrônico <https://bitly.com/ZZTJZe>. Acesso em: 5 jul. 2022.

As ações referidas indicam uma perseguição ideológica ao Pensamento Crítico nas escolas e nas instituições de ensino superior e, em particular, às ideias do educador Paulo Freire, na ofensiva ideológica das classes dominantes para desconstruir e mistificar o pensamento crítico, impondo uma visão conservadora, reacionária e fundamentalista de Mundo, como temos acompanhado pela grande mídia. Até porque o pensamento crítico guarda uma dimensão prática e política que lhe é intrínseca. Este pensar crítico tem se dimensionado em movimentos de resistência contra as diferentes formas de opressão, por isso mesmo é que precisa ser combatido pelas elites econômicas e políticas.

As estratégias de desacreditamento e de desmonte da educação pública podem ser identificadas em outras medidas sutis e aceleradoras da política do empresariamento educacional. Muito recentemente, o Governo Federal criou proposta que desobriga o poder público de expandir sua rede de escolas em regiões com carência de vagas para alunos.⁹ Nesse caso, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade de residência do estudante, o poder público fica obrigado a investir prioritariamente na expansão da rede privada de ensino na localidade. Trata-se de uma Proposta de Emenda à Constituição Federal, portanto, essa medida amplia a participação do ensino privado, que por sua vez demonstra a educação concebida como mercadoria a ser disputada na economia de mercado, negando a Constituição Federal, que sustenta a educação como direito de todos e dever do Estado. É mais um desmonte do Estado social, atingindo um dos direitos sociais fundamentais no desenvolvimento dos cidadãos e da nação.

Note-se que, na referida proposição, o Governo, ao desobrigar-se de construir e manter novas escolas públicas, dispõe-se a oferecer bolsas de estudo para as instituições privadas atenderem à demanda de alunos. Há mais um entrave nessa proposição, pois, atualmente, a concessão de bolsas onde faltarem vagas é feita para quem demonstrar insuficiência de recursos. Na proposição do Governo, são incluídos

⁹ Notícia veiculada pela **Folha de São Paulo**, de 14 nov. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/_pec-de-bolsonaro-e-guedes-desobriga-poder-publico-de-construir-escolas.shtml>. Acesso em: 14 nov. 2019.

critérios para a concessão de bolsas, assim, além de ter clara intenção de reduzir déficit orçamentário, inclui exigências de inscrição e seleção.

Das últimas notícias, que muito provavelmente não será a última ameaça ou medida de desmonte da educação pública, destacamos a afirmação do presidente Bolsonaro contra a TV Escola. Segundo o portal do MEC, a TV Escola é um canal de televisão independente, de direito privado, que mantém contrato de gestão com o MEC para produção de conteúdo e gestão operacional. Seus principais objetivos são o aperfeiçoamento e a valorização de professores da rede pública, o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem e a melhoria da qualidade de ensino.¹⁰

d) Discurso da Ideologia de gênero – projeto de desvalorização da/o docente

As políticas de desmonte e retrocesso das políticas de Educação Básica produzidas pelo Governo Federal fazem parte de um projeto de controle da formação das pessoas. A Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) divulgou texto da professora Celi Taffarel – “Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica (BNC-FORMAÇÃO): ocultar, silenciar, inverter para o capital dominar”¹¹ –, no qual comenta a nota do professor Mozart Neves Ramos¹², membro do Conselho Nacional de Educação, Diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna, relator do Parecer aprovado por unanimidade, no dia 7 de novembro de 2019, na reunião do Conselho Pleno CNE, considerado uma estratégia que demonstra os rumos obscurantistas, capitalistas e empresariais do cenário educacional brasileiro.

No referido texto, a ANFOPE repudia a aprovação pelo CNE da Resolução que altera as Diretrizes Curriculares para Formação Inicial de Professores da Educação Básica e propõe uma Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Utilizando-se de larga e consistente argumentação,

¹⁰ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/tv-escola>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

¹¹ Disponível em: <<http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2019/11/BNCF-Celi-Taffarel-24112019.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

¹² A nota do professor Mozart Neves Ramos foi publicada na Folha de São Paulo de 24 de novembro de 2019.

o documento afirma a elaboração intelectual do professor Mozart para justificar a visão do Governo Federal sobre a formação de professores da Educação Básica

[...] é uma elaboração a partir do ponto de vista da classe dominante, empresarial, capitalista. Visa com isto difundir tal ponto de vista como sendo o ponto de vista e a opinião de todas as classes sociais, de toda a sociedade. Visa construir um consenso. Para tanto oculta, silencia e inverte, ou seja, coloca os efeitos no lugar das causas e transforma estas últimas em efeitos. Com sua visão idealista, formal, veiculada na imprensa burguesa, contribui para a alienação e suas formas, a saber, social, econômica e intelectual. Contribui para firmar a ideologia da classe dominante, através do ocultamento, silenciamento e inversão. Contribui para firmar os valores, propostas políticas da classe empresarial no campo da Educação no país. (TAFFAREL, 2019, p. 2).

Os argumentos de Mozart sobre a qualidade da Educação Básica, prossegue a professora Taffarel,

[...] induzem a uma inversão sobre a qualidade da educação básica, colocando nos ombros dos professores a responsabilidade pela aprendizagem, quando sabemos que isto depende de um conjunto de fatores onde pesam: os investimentos públicos, o financiamento público, as condições objetivas, a situação socioeconômica cultural das famílias, o acesso às tecnologias, às carreiras, aos salários, e materiais didáticos, à gestão e administração democrática, inclusiva, participativa das escolas. (TAFFAREL, 2019, p. 4).

Ainda que essa investida conservadora vise à Educação Básica, revela a face do Projeto Autoritário-Neoliberal do atual cenário educacional brasileiro, que busca retirar do Estado a sua responsabilidade sobre a educação, entregando-a à iniciativa privada. A professora Taffarel adverte para o fato de que “estamos frente a um retrocesso sem precedentes na história educacional brasileira, principalmente se considerarmos as demais medidas provisórias, portarias, resoluções e emendas constitucionais que estão em curso”. (TAFFAREL, 2019, p. 6). Nesse caso, a professora se refere às Reformas Trabalhista, Previdenciária, Administrativa, Tributária, Sindical, a PEC do Pacto Federativo, a PEC emergencial dos fundos públicos e o Future-se.

Em suma: depois que se aprovou a BNCC, consolidando o currículo obrigatório e padronizado, que rebaixa a capacidade teórica dos estudantes, concordamos com a professora Taffarel no sentido de que o CNE aprovou, agora, de fato, a reforma empresarial no campo da formação de professores construída desde 2003. Os empresários querem aprisionar os profissionais da Educação com essa proposta de diretriz, descaracterizar e rebaixar sua formação e, assim, comprometer a formação das crianças e dos jovens brasileiros.

No que se refere à expressão ideologia de gênero, é possível observar que este foi amplamente divulgado no período que antecedeu a aprovação do II Plano Nacional de Educação (PNE- 2014), especialmente quando o Ministério da Educação (MEC) buscou incluir no Plano a temática de gênero, o combate às violências de gênero e a promoção do respeito à diversidade de gênero e de orientação sexual (BRASIL, 2014).

Esse projeto, chamado Ideologia de gênero, usa como estratégia amedrontar, ameaçar as/os docentes com o objetivo de dominar e manipular a população. Nesse contexto, a/o docente é visto/a como um empecilho, como um/a inimigo/a, portanto, esse grupo defensor da ideologia de gênero ataca a Cultura, a Educação e a ciência, desqualificando-as, e aproveita para disseminar uma visão restrita, não-humanista de sociedade, por meio da qual a discussão sobre a sexualidade, o respeito à diversidade de identidade de gênero e à orientação sexual é condenada.

Uma estratégia utilizada pelo grupo conservador que defende a ideologia de gênero é denunciar a/o docente. Segundo Luis Felipe Miguel (2016, p. 602), “[...] a campanha pelas notificações extrajudiciais contra escolas e contra docentes surgiu às margens do MESP, na direita católica, tendo como iniciador o procurador Guilherme Schelb”. Esses grupos conservadores usam a expressão “ideologia de gênero” para se contrapor aos estudos de gênero, criticam a discussão da sexualidade no campo educacional e ignoram os altos índices de violências de gênero contra as pessoas LGBT no Brasil.

Segundo Toni Reis e Edla Eggert (2017), a falácia da ideologia de gênero mantém a reprodução das desigualdades de gênero na sociedade. Para esses autores:

Criou-se uma falácia apelidada de ‘ideologia de gênero’, que induziria à destruição da família ‘tradicional’, à legalização da pedofilia, ao fim da ‘ordem natural’ e das relações entre os gêneros, e que nega a existência da discriminação e violência contra mulheres e pessoas LGBT comprovadas com dados oficiais e estudos científicos. Utilizou-se de desonestidade intelectual, formulando argumentos sem fundamentos científicos e replicando-os nas mídias sociais para serem engolidos e regurgitados pelos fiéis acríticos que os aceitam como verdades inquestionáveis. (REIS; EGGERT, 2017, p. 20).

Em síntese: no cenário educacional brasileiro, identificamos as principais estratégias de desmonte da educação pública. Parafraseando a professora Taffarel (2019), podemos afirmar que o Governo Federal, que completa quatorze meses, juntamente com seus aliados de dentro e fora do governo, nomeadamente os empresários, conseguiram desmontar uma política educacional construída em mais de 40 anos, em diversas frentes: tentativa de ferir de espada o maior ícone da educação brasileira, Paulo Freire; destruição dos mecanismos de gestão democrática da educação em todas as esferas de governo; a militarização da escola; a padronização de acriticidade do currículo da Educação Básica; o desmonte da política educacional de formação de profissionais da educação e, ainda, a desestabilização das instituições de ensino superior pelos cortes financeiros.

As experiências internacionais de conquista de poder e avanço de regimes de extrema direita com o Projeto Autoritário-Neoliberal demonstram que os primeiros inimigos a serem atacados são a Educação, a Cultura e a Ciência. No Brasil, esse fenômeno tem tomado a pauta diária do Governo Federal, com o apoio de setores da sociedade ultraconservadores.

3 CONSTRUÇÃO COLETIVA DE RESISTÊNCIAS DIALÓGICAS

Diante do avanço do cenário educacional brasileiro de ações governamentais da chamada extrema direita e da gestão empresarial na Educação Básica, constituindo uma conformação perversa do Projeto Autoritário-Neoliberal, em nossa perspectiva, torna-se um imperativo ético-político e socioeducacional refletir e propor alternativas

de (re)existência e construção de projeto societário contra hegemônico ao estabelecido. O momento é tenso e dramático para o País. Contudo, do ponto de vista da educação pensada por Freire, “[...] o diálogo/dialogicidade sempre foi uma das categorias centrais de um projeto pedagógico crítico, mas propositivo e esperançoso em relação a nosso futuro”. (ZITKOSKI, 2018).

Para Freire (1980, p. 84), “o diálogo é a própria essência da ação revolucionária”. Diálogo e ação revolucionária andam associados. Ainda é importante destacar que o diálogo em Paulo Freire não se trata de algo superficial e nem piegas, pois “O diálogo não pode existir sem um profundo amor pelo mundo e pelos homens. Designar o mundo, que é ato de criação e de recriação, não é possível sem estar impregnado de amor. O amor é ao mesmo tempo o fundamento do diálogo e o próprio diálogo”. (FREIRE, 1980, p. 83).

Nessa perspectiva, enquanto educadores, miramos o presente e o futuro com esperança. O tempo presente, carregado de suas contradições, contém possibilidades reais de mudança. São de dentro daquelas forças sociais e políticas contra hegemônicas que emergem as reais probabilidades de utopias, sonhos e projetos. É justamente nessa correlação de forças que reside nossa potência e perspectiva de transformação das condições atuais para outras condições em que direitos conquistados no período de democratização da sociedade e do Estado brasileiro sejam retomados e exercitados. Desse modo, apresentamos a proposição de construção coletiva de resistências dialógicas. Desdobrando-a em sua concepção, a construção coletiva indica o reconhecimento da relação eu-tu, nós-outros, ou seja, ninguém pode resistir e/ou lutar isoladamente.

Pensando nos espaços de educação escolar e não escolar, os coletivos iniciam no chão da escola, com os docentes, a organização sindical e o movimento social docente em interação com outras organizações e movimentos da sociedade civil. Movimentos sociais são expressões da sociedade viva, espaços privilegiados de resistência para repensar, criar e fazer proposições de utopias e projetos. Coletivos são comprometidos com a vida republicana, com a democracia, com a diversidade, com as mudanças que se fazem necessárias. Em especial, manifestam-se em contextos em que os ataques

diários, entre outros descritos acima, se voltam contra a educação emancipadora, a liberdade, a diversidade e o estado de direito.

Para o espaço escolar, como ação prática, identificamos a luta pela reafirmação da gestão democrática da educação pública em vários municípios de Santa Catarina, seguindo o legado de Paulo Freire, com a construção participativa dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP), a retomada dos conselhos escolares e grêmios estudantis, bem como, o processo de escolha do diretor escolar com a participação da comunidade, como definido na Meta “19”, do Anexo do II Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2018). Nessa luta pela consolidação da gestão democrática, pela efetivação desse princípio constitucional consignado no Art. 209, inciso VII, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2022), os órgãos de controle institucional, Ministério Público e Tribunal de Contas, têm tido uma atuação de destaque ao notificar os municípios para que implementem efetivamente as instâncias e momentos garantidos da gestão democrática da Educação Básica.

Diferentemente das orientações da gestão empresariada, com suas “lideranças autoritárias e manipuladoras”, da “sociedade métrica” da lógica do capital, criticada por Boaventura de Sousa Santos (2019), o PPP tem sido a expressão da singularidade das escolas e autonomia das decisões da comunidade escolar, e não da padronização autoritária, além de garantir que o processo de escolha do diretor e da diretora seja acompanhado de um plano de gestão aprovado também pela comunidade.

Na continuidade das resistências dialógicas das conquistas democráticas na educação brasileira, cabe ressaltar o movimento em curso da II Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE), neste ano de 2022, da participação da sociedade civil nas conferências municipais, regionais e estaduais de educação, como aconteceu em 2021 e 2022, como forma de organizar e manter a mobilização em torno da defesa do II PNE¹³, cujo subtítulo destaca a importância das ideias e da trajetória de Paulo Freire nesse evento: Educação pública e popular se constrói com democracia e participação

¹³ Dados mais atualizados da Conferência podem ser encontrados no endereço <https://fnpe.com.br/conape2022/>. Acesso em 5 de julho de 2022.

social: nenhum direito a menos e em defesa do legado de Paulo Freire. O referido movimento reúne dezenas de entidades educacionais do país que reagiram à intervenção autoritária já no Governo de Michel Temer (2016 a 2018) na composição do Fórum Nacional da Educação (FNE) e no calendário da Conferência, dando origem ao Fórum Nacional Popular da Educação (FNPE), organizador da Conferência Nacional.

Cabe lembrar que esses coletivos são espaços privilegiados da resistência dialógica, conforme se pode observar em “Pedagogia do Oprimido”, em que Freire (2019) apresenta uma fundamentação teórico-filosófica sobre as condições do diálogo verdadeiro e seu papel central para uma educação libertadora. Mais precisamente no terceiro capítulo, o pedagogo retoma a concepção do diálogo como processo dialético-problematizador. Trata-se de problematizar práticas e políticas governamentais conservadoras e destruidoras da educação, bem como, as estratégias utilizadas pelo Projeto Autoritário-Neoliberal para enfraquecer e demolir a democracia em suas formas representativa e participativa conquistadas no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988.

Em “Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido”, publicado em 1994, Freire rejeita o Neoliberalismo no campo da Educação, salientando que

A Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido é um livro assim, escrito com raiva, com amor, sem o que não há esperança. Uma defesa da tolerância que não se confunde com a conivência, da radicalidade; uma crítica ao sectarismo, uma compreensão da pós-modernidade progressista e **uma recusa à conservadora, neoliberal**”. (FREIRE, 1994, p. 12, grifos nossos)

Paulo Freire, no seu último livro “Pedagogia da Autonomia (2004)”, publicado em 1995, reflete sobre a importância da pedagogia ao constatar a sua contrariedade a todos os tipos de ditadura e dos falsos discursos democráticos. Ele ainda defende a importância de sonharmos com outros projetos societários, como, por exemplo, idealização do mundo, como podemos observar na sua descrição:

[...] sonho por um mundo menos feio, em que as desigualdades diminuam, em que as discriminações de raça, de sexo, de classe sejam sinais de vergonha e não de afirmação orgulhosa ou de lamentação puramente cavilosa. No fundo, é um sonho sem cuja realização a democracia de que tanto falamos, sobretudo hoje, é uma farsa. (FREIRE, 2001, p. 25).

Identificamos o diálogo como estratégia fundante para olharmos o mundo e a nossa existência em sociedade como algo em movimento, em construção, como realidade inacabada e em constante transformação. A construção e a participação em coletivos de resistência em permanente diálogo se constituem, portanto, trincheiras e frentes de batalha para contra-atacar as forças do regime autoritário e seu projeto neoliberal. Reiteramos, desse modo, coletivos de resistência construídos e vivenciados em espaços de educação escolares e não escolares, sem fechamento, abertos a outros coletivos distribuídos e multiplicados pela sociedade afora.

O que nos move é a capacidade de construção de diálogo nos coletivos de resistência diverso, intergeracional, de um projeto coletivo e de um compromisso com o legado da Educação Básica ao Ensino Superior já construído no País, da LDB ao Plano Nacional de Educação. Mobiliza-nos, junto com a educação, o combate à desigualdade econômica e social, o combate a todas as formas de discriminação e intolerância. Pertencer a um coletivo de resistência dialógica em tempos de desmobilização, desesperança e de terror pode ser considerado um ato revolucionário, pois é oportunidade para criar alternativas e implementar um novo começo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Riscos e desafios que experimentamos com as recentes mudanças na política educacional nos alertam para reafirmarmos a importância teórica e política do pensamento de Paulo Freire para a Educação Básica.

Primeiro, cabe ressaltar que o que está em jogo na tentativa do apagamento da memória da escola democrática e nas restrições às ideias de Paulo Freire é o afastamento das pessoas do pensar crítico como forma de compreender e intervir no

Mundo, de atuar em organizações que mobilizem a sociedade para manter e aprofundar as conquistas democráticas.

Segundo, é fundamental reafirmar a politicidade da educação escolar, no dizer de Paulo Freire, pelo fato de não poder existir neutralidade dos projetos educativos, nem da atuação do educador-professor na condução do seu trabalho em diferentes espaços sociais. Como não há neutralidade para aquilo que ensinamos ou deixamos de ensinar, precisamos retomar alguns questionamentos, tais como: a educação que realizamos está a serviço de quem e do quê? Conseguimos empoderar a comunidade escolar com o nosso trabalho? Contribuímos para a autonomia dos educandos e das escolas públicas?

Terceiro, não se pode perder de vista que a (re)ofensiva neoliberal na Educação Básica, assumida pelo atual Governo Federal, irá impor restrições à gestão democrática pelo consentimento ativo dos membros das comunidades escolares, utilizando-se de manipulação e estratégias educativas docilizadoras em reuniões com a comunidade escolar e nos eventos de capacitação aligeirados para fins econômicos e políticos.

Enfim, podemos atuar para fortalecer os atuais mecanismos de participação social na política educacional por meio de práticas dialógicas, desenvolvidas em espaços públicos de concertação da política educacional. A construção e a participação em coletivos de resistência em permanente diálogo, como identificamos na luta pela gestão democrática e no movimento da CONAPE no País, são estratégias relevantes para o enfrentamento ao desmonte da escola pública promovido pelo regime autoritário e seu projeto neoliberal.

Há possibilidades efetivas de reinventar o pensamento de Paulo Freire, sem a recusa de inovações tecnológicas, mas colocando o ser humano no centro de qualquer processo formativo que contribua para a sua emancipação. Para isso, as ideias de Paulo Freire são fecundas e devem ser estudadas, reafirmadas e revistas, mesmo que outros não concordem com elas, mas que poderão aprender a respeitá-las, uma vez que as conheçam melhor, aceitem a conviver com as diferenças (de gênero, políticas, entre outras) e o antagonismo de projetos educacionais em disputa na América Latina.

REFERÊNCIAS

BASILIO, A. L. Miguel Arroyo: escolas militarizadas criminalizam as infâncias populares. Entrevista. **Carta Capital**. Educação. 12 abr. 2019.

BRASIL. **Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2022.

BRASIL. **Decreto nº. 10.004, de 5 de setembro de 2019.** Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 06 de setembro de 2019b, p. 1.

BRASIL. **Decreto nº. 9.759/2019, de 11 de abril de 2019.** Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Edição extra, 11 de abril de 2019a, p. 5.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 16 de dezembro de 2016, p. 2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 05 jul. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação.** 2. ed. Brasília: Inep/MEC, 2018.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial União. Brasília, DF, 26 de junho de 2014, Edição Extra, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 04 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº. 12.612/2012.** Declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 16 de maio de 2012, p. 1, texto original. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12612-13-abril-2012-612708-publicacaooriginal-135760-pl.html>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? **Políticas de ciudadanía y sociedade civil em tempos de globalización.** Caracas, Venezuela: Faces-UCV, 2004. p. 95-110.

- FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. São Paulo: Penso, 2013. 25 p.
- FREIRE, P. **A educação pela cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- FREIRE, P. **Política e Educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163/18213>. Acesso em: 16 ago. 2021.
- MOREIRA, C. E. **Pedagogia da ação política - a construção democrática da educação pública municipal**. Florianópolis/SC: Insular, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n138/1678-4626-es-38-138-00009.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2021.
- ORMANDO, J. da S. **Visão interacionista da linguagem: experiência pedagógica da Escola Candanga - Distrito Federal**. 1999. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.
- REIS, T.; EGGERT, E. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os Planos de Educação Brasileiros. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan./mar. 2017.
- ROMÃO, J. E. Neoliberalismo. Verbete: In: STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018, p. 340.

SANTOS, B. de S. **As epistemologias do Sul e a reinvenção da democracia.** Conferência proferida em 18 de junho de 2019, no Salão de Atos da UFRGS, na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=R3Jwh_-80-s Acesso: 04 jul. 2022.

TAFFAREL, C. N. Z. **Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica (BNC-FORMAÇÃO):** ocultar, silenciar, inverter para o capital dominar. Associação Nacional Pela Formação dos Profissionais dos Professores. (ANFOPE). 2019. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2019/11/BNCF-Celi-Taffarel-24112019.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2021.

ZITKOSKI, J. J. Diálogo/Dialogicidade. Verbete:. In: STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018. p. 139-141.